

FUTEBOL E CIÊNCIAS SOCIAIS: UM PASSEIO TEÓRICO

Renato Beschizza VALENTIN^{*}
Marília COELHO^{**}

Resumo

A emergência do futebol, enquanto prática social fortemente enraizada em nossa sociedade, vem suscitando importantes inquietações tanto no âmbito das atividades acadêmicas dos cientistas sociais, quanto no fazer cotidiano dos professores de Educação Física, de modo que as reflexões que vêm se articulando acerca da relação futebol x sociedade ganham relevo no Brasil a partir da década de 90 e se fortalecem até os dias atuais. O presente artigo tem como objetivo central apresentar um passeio teórico sobre as principais contribuições, no âmbito das Ciências Sociais, para a compreensão do futebol, e uma análise histórica sobre a sociogênese do futebol e suas particularidades intrínsecas, assumidas no decorrer do processo histórico de mudanças das sociedades que sustentaram a prática desse esporte.

Palavras-chave: futebol; Ciências Sociais.

Abstract

The emergency of the soccer, while practical social strong taken root in our society, comes in such a way exciting important fidgets in the scope of the academic activities of the social scientists how much in daily making of the professors of Physical Education, in way that the reflections that come if articulating concerning the relation soccer x society gain relief in Brazil from the decade of 90 and come if fortifying until the current days. The present article has as objective central office to present a theoretical stroll on the main contributions, in the scope of Social Sciences, for the understanding of the soccer, and a historical analysis on social genesis of the soccer and its intrinsic particularities, assumed in elapsing of the historical process of changes of the societies that had supported the use of this sport.

Keywords: soccer; Social sciences.

* Graduando do curso de Educação Física da FCT/Unesp – bolsista FAPESP.

** Professor Assistente Doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da FCT/Unesp.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo central articular as possibilidades em termos de interface entre Ciências Sociais e Educação Física/Ciências do Esporte através, de um passeio teórico sobre as principais contribuições, no âmbito das Ciências Sociais, para a compreensão do futebol e de uma análise histórica sobre a sociogênese do futebol, e suas particularidades intrínsecas, assumidas no decorrer do processo histórico de mudanças das sociedades que sustentaram a prática desse esporte. Nesse sentido, o texto constituir-se-á de um passeio teórico sobre as principais perspectivas de análise do futebol como fenômeno sócio-cultural, que se inscreve na história, e uma discussão acerca da construção histórica do campo futebolístico.

Esperamos que o presente artigo contribua para estreitar e tornar mais fecunda a relação Ciências Sociais x Educação Física/Ciências do esporte. Cabe, também, ressaltar o crescente e relevante número de teses, dissertações, livros e outras publicações, no Brasil, as quais vêm adotando o esporte como alvo de considerações de cunho sociológico, antropológico, econômico, político, etc. Nossa intenção aqui é somar, em qualidade e em número, para esse movimento crítico e humanístico no âmbito das reflexões sobre questões e problemáticas que atingem o “fundo das coisas” no esporte e na Educação Física desde os anos 1980.

Futebol: ritual, *mimesis* e telespetáculo

Na sociedade capitalista, o futebol tem se apresentado como um fenômeno de extrema relevância social e cultural, principalmente no Brasil. Os tentáculos desse fenômeno vêm influenciando a vida cotidiana de milhões de brasileiros desde a sua introdução no país no final do século XIX e início do século XX, e, por conseqüência, a sua cultura corporal de movimento. Além do mais, estamos falando de uma prática capaz de dramatizar os aspectos mais profundos de um contexto sociocultural bem particular, na mesma medida em que também se insere na dinâmica da globalização, entendida aqui como um fenômeno de força irreversível, no qual a mundialização da cultura ocidental coaduna-se com a difusão, a hegemonia e o aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, nas mais distantes localidades do globo.

Sob a perspectiva durkheimiana, temos as considerações sobre o esporte aferidas por Helal (1990), através das quais podemos compreendê-lo como fato social, dada a sua inserção no cotidiano das práticas do brasileiro, principalmente no caso do futebol, e sua exterioridade seu e poder de coerção em relação às consciências individuais. Para Durkheim, os fatos sociais são “... maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao

indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (DURKHEIM, 1978, p. 3). Nesse sentido Helal indica que:

[...] o primeiro passo para uma compreensão sociológica do esporte no mundo moderno é encará-lo como um fato social, isto é, como algo socialmente construído, que existe fora das consciências individuais de cada um, mas que se impõe como uma força imperativa capaz de penetrar intensamente no cotidiano de nossas vidas, influenciando os nossos hábitos e costumes (HELAL, 1990, p. 13-14).

O autor ainda nos diz que o esporte, e aí se inclui o futebol, é influenciado por fenômenos conjunturais como a racionalização, processo de conformação das ações em sociedade às leis da razão e do cálculo, e a secularização, entendida aqui como o processo que torna profanas as práticas situadas originalmente na esfera do sagrado. O adentramento desses fenômenos, que são próprios das circunstâncias de uma época, no universo futebolístico culmina numa relação antagônica com a verdadeira essência do esporte, caracterizada pela tendência a se constituir um momento de festa, de celebração e catarse das massas. A incidência dos fenômenos de racionalização e secularização sobre o universo futebolístico, além de descaracterizá-lo, atribui-lhe sentidos que o diferenciam do esporte de outras épocas e de outras culturas. Para o autor:

O esporte tende, por si só, a se constituir em um momento especial da sociedade. Mas o desenvolvimento e a modernização desta trouxeram consigo alguns fenômenos que, ao adentrarem o universo do esporte, criaram mecanismos que tendem à descaracterização desse momento especial (HELAL, 1990, p. 62).

No entanto, devemos discordar do autor quando ele antagoniza o esporte formal e o esporte informal, no que tange ao papel de ambos na construção de momentos especiais na vida em sociedade. A espetacularização do futebol, viabilizada pela relação da mídia com a burguesia industrial durante o atual estágio de aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, vem levando uma multidão cada vez maior de pessoas para frente a da televisão, isto é, assistir aos jogos oficiais de futebol pela televisão torna-se um momento muito especial para milhões e milhões de brasileiros. O esporte telespetáculo, segundo Betti (2004), caracteriza-se como uma realidade textual autônoma, ou seja, trata-se de uma imagem bela e espetacularizada, construída pelos homens da mídia que difere demasiadamente da realidade concreta que se realiza nos gramados. As imagens do futebol na mídia televisiva são tão belas e tão espetaculares, que acaba se tornando tão

especial e agradável assistí-las, quanto problemático o fato de que cada vez menos o futebol torna-se uma experiência concreta, carnalmente vivida, de maneira que as pessoas passem a desfrutá-la para a sua saúde, seu bem-estar, sua auto-estima, seu prazer, etc.

Ainda sobre a resistência do esporte ao aprofundamento dos fenômenos da secularização e da espetacularização, Helal aponta que:

[...] o significado mais profundo e estrutural do esporte não se encontra no lado secularizado e racionalizado do esporte moderno, mas sim na força de resistência que emana do seu próprio universo. Secularização e racionalização são fenômenos que se originam fora do universo do esporte. A modernidade os criou e os trouxe para dentro do universo esportivo. Por isso mesmo, eles podem ser considerados fenômenos conjunturais, provenientes de determinadas circunstâncias, próprios de uma época. Eles caracterizam um lado do esporte moderno, justamente o que o diferencia do esporte de outras épocas. Mas a persistência e a permanência de uma força interna e antagônica a esses fenômenos caracterizam o lado imanente, inseparável do esporte em si mesmo, seja ele moderno ou não (HELAL, 1990, p. 59-60).

Para o autor, o esporte constitui um universo independente e exterior aos processos, coerções e fenômenos característicos de uma dada sociedade, sendo que as forças inerentes a cada universo – o esportivo e o social – encontrar-se-iam antagônicas e em constante conflito. Nesse sentido, o esporte possuiria características que lhes são próprias e que, de acordo com o momento histórico, passam a ser modificadas sem, porém, desfigurar totalmente o esporte em si. Essa análise encontra eco quando o autor retoma modalidades esportivas de outras épocas, que são diferentes entre si, mas possuem, no entanto, características que são comuns às práticas esportivas de qualquer época. Tal proposição de análise do autor é certamente equivocada, considerando de que esporte e sociedade não se opõem, nem estão desvinculados, mas o esporte é, sim, uma prática social que emerge do seio da sociedade e constitui um elemento de determinada cultura. Somente pensando o futebol como prática social vivenciada pelos vários grupos num contexto sociocultural é que compreenderemos os seus significados para os praticantes e, também, como ele se inscreve num determinado momento histórico, sendo alvo de suas determinações, processos e coerções.

DaMatta (1990), Vaz (2002) e Daolio (2003) sugerem que o futebol seja analisado como uma forma de expressão da sociedade brasileira, pois dramatiza seus desejos, anseios e valores mais profundos. Através da abordagem de DaMatta, entendemos o futebol como uma grande festa popular onde encontramos um conjunto de ritos que são repetidos pela

multidão a cada cerimônia futebolística, ou seja, no ritual se constrói a identidade social, criam-se e disseminam-se valores que serão imitados por outros atores sociais que habitem o domínio do ritual. Os apontamentos de DaMatta se apóiam na tradição estruturalista, representada por Lévi-Strauss, Victor Turner e Clifford Geertz, onde o conceito de cultura assume a concepção de dinâmica cultural. Segundo DaMatta:

[...] o ritual tende a criar o momento coletivo, fazendo sucumbir o individual e o regional no coletivo e nacional. Daí as comemorações e, sobretudo, os ritos esportivos, em que a dialética da competição individualista acaba por formar uma totalidade englobada por quem sai vitorioso (DAMATTA, 1990, p.33).

Segundo o autor, os rituais são momentos especiais, construídos sob a égide da estrutura vigente, pela prática social cotidiana. Através do processo de ritualização, transformamos elementos triviais ou objetos naturais em símbolos, ou seja, passamos do natural para o simbólico, do profano para o sagrado, do ordinário para o extraordinário. Percebemos que o ritual implica uma técnica, um momento da rotina diária, cujo aspecto fundante seria a mudança, a passagem de *a* para *b*. Para o autor:

Como todo discurso simbólico, o ritual destaca certos aspectos da realidade. Um de seus elementos básicos é tornar certos aspectos do mundo social mais presentes que outros. De fato, pode-se dizer que sem tais destacamentos, que conduzem a descontinuidades e contrastes, o sentido do mundo estaria perdido. O mundo ritual é, então, uma esfera de oposições e junções, de destacamentos e integrações, de saliências e inibições de elementos. É nesse processo que “as coisas do mundo” adquirem um sentido diferente e podem exprimir mais do que aquilo que exprimem no seu contexto normal (DAMATTA, 1990, p.63).

Dessa forma, compreendemos que o ritual coloca em *close up* as coisas do mundo social, isto é, através de um momento coletivo, onde o eu dá lugar ao nós, engendra um discurso simbólico sobre algo, dramatiza, revela, esconde. É uma manifestação social onde a sociedade se exprime, se atualiza concretamente, sintetiza, dramatiza seus anseios, desejos, aspirações e valores mais profundos, enfim, mostra-nos a sua “alma”, o seu “coração”.

Em suas considerações sobre o futebol, Roberto DaMatta contraria a máxima fundamentada por princípios marxistas de que o futebol seria o “ópio do povo” brasileiro. Segundo Vaz (2002), essa consideração, além de não garantir as especificidades do fenômeno futebolístico, pode estar carregada por um certo elitismo preconceituoso em relação às práticas populares.

Logo, sendo o futebol um vício social, é porque passaríamos melhor sem ele, o qual deve ser excluído sem considerarmos suas potencialidades. Perderíamos, então, o olhar antropológico, que consiste em analisar certa manifestação social a partir da perspectiva “dos de dentro”. Nesse sentido, Daolio aponta que:

Essa visão foi difundida por alguns militantes de esquerda, com algum sucesso na época da campanha da seleção brasileira de futebol em busca do tricampeonato mundial no México, em 1970. Como todos se lembram, o Brasil passava na época por um período de ditadura, repressão e censura; e consideravam algumas facções políticas, com alguma razão, que uma vitória brasileira seria utilizada pelos militares para divulgar o sistema político vigente, ocultando da grande massa os reais problemas existentes no país. Este fato pode, em alguma medida, ter acontecido, mas não é possível concluir daí que o “futebol é o ópio do povo”. DaMatta et al. (1982) advertem que esse ponto de vista contribui para a compreensão do futebol como desvinculado da sociedade, ou seja, futebol e sociedade encontrar-se-iam em oposição, como se o primeiro fosse prejudicial ao segundo (DAOLIO, 2003, p. 157).

A recorrência aos trabalhos de Roberto DaMatta deve-se ao privilégio por ele atribuído aos eventos “corriqueiros”, “descartáveis” ou “não-sérios” do cotidiano brasileiro, isto é, adjetivos muitas vezes atribuídos à prática do esporte. Para Vaz, o autor privilegia os eventos “... por meio dos quais desenvolve categorias de análise não só para entender esses eventos com forte radicação popular no Brasil, mas também para desenvolver uma teoria da sociedade brasileira como um todo” (VAZ, 2002, p.142). Entendemos, portanto, que os estudos antropológicos de Roberto DaMatta nos garantem as especificidades do futebol, no contexto das práticas dos diferentes grupos sociais, através das categorias *drama social* e *ritual*.

Ainda na linha de estudos antropológicos acerca do futebol, nos apropriamos de brilhantes contribuições em Magnani (1984, 2001 e 2000) e Stigger (2002), a partir das quais podemos compreender o futebol e o lazer em situações concretas de desfrute. Cabe aqui ressaltar que tais contribuições referem-se à construção de modelos e categorias explicativas, a partir dos conceitos de sociabilidade, dinâmica cultural, ritos de passagem e/ou de transcendência, cultura popular, etc. Trata-se de um esforço em observar como as práticas do futebol e de lazer acontecem nos lugares onde efetivamente elas se dão. Nesse sentido, o olhar antropológico é dirigido sob a perspectiva de apreender como determinados grupos sociais, em seus espaços de convivência, se apropriam dessas modalidades de acordo com suas características socioculturais.

Essa observação utiliza a etnografia como ferramenta metodológica a partir da qual o investigador passa a construir uma forte interação com o objeto de pesquisa. Ocorre, então, um deslocamento de foco:

[...] em vez de “para que serve o lazer”, perguntar “o que significa”, dirigindo-a, antes de mais nada, para os próprios participantes. Esta decisão introduz a questão da etnografia; não é uma discussão, entretanto, que possa ser exposta nos limites desse artigo, não obstante a frequência e ligeireza com que aparece em muitos trabalhos influenciados pelo *approach* antropológico (MAGNANI, 2001, p. 22).

Notamos que há uma premente preocupação sobre o que significa determinada prática social a partir das categorias formuladas pelos grupos praticantes no decorrer do seu cotidiano. Para tanto, o observador deve misturar-se aos observados, isto é, olhar com os olhos do outro. No entanto, cabe aqui um questionamento, pois se trata de retomar as construções psíquicas dos atores sociais, portanto, nada mais que uma interpretação, uma aproximação a segundo plano. Poderíamos traçar um mapeamento exato e completo sobre as redes semânticas às quais os atores sociais filiam suas práticas do futebol ou de lazer? Até que ponto nós podemos deixar de lado os significados que nós mesmos atribuímos aos objetos que nos cercam, para compreendermos determinado objeto exatamente como o entenderia um “nativo”? Geertz nos fala que “... a análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa” (GEERTZ, 1978, p. 39).

A obra de Stigger (2002) nos mostra como a prática do futebol e do vôlei faz sentido no processo de construção e consolidação de estilos de vida peculiares a determinados grupos sociais. Stigger (2002) mostra que, se determinados grupos de atores sociais desfrutam da prática do esporte em seu cotidiano e engendam redes de sociabilidade repletas de minúcias e de peculiaridades, é porque esse esporte tem um importante significado e, no que se refere àquela configuração social, faz sentido.

Magnani (1984) destaca a importância do lazer nos bairros de periferia da cidade de São Paulo/SP para compreender a vida cotidiana de seus moradores no tempo livre. O autor se vale da categoria *pedaço* para conhecer as redes de sociabilidade construídas entre os atores sociais em situações de fruição lúdica, vivenciadas no interior do bairro.

A partir do final da década de 1980, as premissas teóricas de Norbert Elias e Pierre Bourdieu vêm construindo firmes alicerces para o aprofundamento das discussões e para a elaboração de dissertações e teses acerca do esporte, tanto na Educação Física quanto nas Ciências Sociais:

[...] a utilização de diversos modelos de interpretação do esporte enquanto fenômeno em construção tem dado indicativos na circunscrição universitária de que a sociologia configuracional de Norbert Elias e o estudo dos campos de Pierre Bourdieu são, em número substancial, referências e responsáveis pelo avanço que temos observado nas produções acerca da temática nos últimos anos (MARCHI JÚNIOR, 2002, p. 82)

Outro aspecto que diferencia as contribuições de Elias e Bourdieu das outras matrizes teóricas que sustentam as discussões acerca do esporte – como os escritos de Marx, Durkheim, Weber, Foucault, Adorno, etc. é que esses últimos, sem desconsiderar a relevância de suas contribuições para o pensamento científico e para a sociedade de uma maneira genérica, não escreveram precisamente sobre o esporte em geral ou sobre o futebol em específico, mas construíram bases firmes a partir das quais outros estudiosos puderam se apoiar para dar conta de compreender esse fenômeno moderno de extrema complexidade, que é o futebol. Elias e Bourdieu elaboraram estudos sociológicos que tinham como fio condutor, dentre uma série de objetos, o esporte propriamente dito. E é sobre essas duas premissas teóricas que trataremos a seguir.

A Sociologia configuracional desenvolveu-se a partir dos estudos que definiram como objetivo a compreensão das relações e das dependências estabelecidas entre as pessoas no decorrer da História, de maneira que suas práticas sociais fossem balizadas pelo processo civilizador a partir de um crescente controle social que, uma vez interiorizado pelo sujeito ao longo de sua trajetória pessoal, acaba por instilar nele um autocontrole individual e automatizado em aparelho psicológico. Segundo Gebara (2002), o “... ponto central no qual se apóia a teoria do processo civilizador é a existência de um processo ‘cego’ (não planejado) e empiricamente evidente” (GEBARA, 2002, p. 20). Tal processo, de longa duração, encontra-se materializado na medida em que, numa dada configuração social, o indivíduo necessita regular seu comportamento e suas emoções.

Na Educação Física brasileira, cujos interesses e preocupações voltam-se constantemente para o esporte sob uma perspectiva de veículo pedagógico, registramos como primeiro estudo que, muito embora não o tenha tido como tema principal, aborda o esporte a partir da Sociologia configuracional, a dissertação de mestrado de Mauro Betti, que deu origem à obra *Educação física e sociedade*, publicada pela primeira vez em 1991. Trata-se de uma envolvente discussão acerca do lugar da Educação Física no bojo das políticas educacionais implementadas no Brasil, durante o período de 1930-1986, e seu impacto na sociedade no que tange à formação

da personalidade dos indivíduos. Betti (1991) estabelece as formas através das quais as propostas educacionais, oriundas da relação Estado x Sociedade, influenciaram a Educação Física e, de certa maneira, dá conta das origens históricas dessas propostas, a partir de uma compreensão do movimento ginástico europeu, do movimento esportivo inglês, que tomou dimensões globais, e da perspectiva política assumida pelo Estado brasileiro durante os vários momentos políticos que compreenderam o período supracitado. O modelo sociológico, de caráter sistêmico, construído pelo autor, toma por base Elias e Dunning para explicar as relações de interdependência estabelecidas entre variáveis de natureza pedagógico-didáticas e sócio-psicológicas no processo ensino-aprendizagem em Educação Física.

Elias e Dunning compreendem a gênese e o desenvolvimento do esporte, no decorrer da história moderna, sob o prisma teórico do processo civilizador. Para Elias, o processo civilizador consiste numa mudança no que se refere ao sentir e ao agir no contexto das relações sociais rumo a um norte muito específico:

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias de ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento (ELIAS, 1993, p. 198).

O mecanismo básico da mudança civilizadora do comportamento humano inicia-se com a diferenciação das funções sociais sob a pressão da competição. Face à sua enorme diferenciação das funções sociais, cresce cada vez mais o número de funções e a relação de interdependência entre elas. Situado numa sociedade extremamente competitiva, cujas cadeias de interdependência encontram-se alongadas, o sujeito passa a organizar e regular suas práticas cotidianas de maneira que ele possa estabelecer relações com seus próximos, sem demais restrições, e manter um estilo de vida aceitável e/ou que se constitua de acordo com o padrão de moral que circula no interior de uma certa configuração social. *Pari passu* com a sintonização das ações das pessoas, o tecido de relações sociais tende a se organizar através de normas sociais e padrões de moral cada vez mais rígidos. Dessa forma, o ator social procura uniformizar, padronizar e estabilizar sua conduta nos espaços públicos.

Porém, sabemos que a crescente preservação dos rituais cotidianos de decoro e o autocontrole cada vez mais instilado no indivíduo nos espaços

institucionalizados, portadores e veiculadores do signo da civilização, não se dão de forma tranqüila ou desacompanhada de efeitos colaterais:

[...] dependendo da pressão interna, das condições da sociedade e da posição que nela ocupe o indivíduo, essas limitações produzem também tensões e perturbações peculiares na economia das paixões. Em alguns casos, levam a uma inquietação e insatisfação perpétuas, exatamente porque a pessoa afetada só pode satisfazer uma parte de suas inclinações e impulsos em forma modificada, como, por exemplo, na fantasia, na qualidade de expectadora ou ouvinte, nos devaneios ou nos sonhos (ELIAS, 1993, p. 203-204).

Considerando os apontamentos de Elias e Dunning, podemos observar as transformações do esporte sob a coerção do processo civilizador, pois elas assumem "... o carácter de um desenvolvimento bastante vincado no sentido de maior regulamentação e uniformidade" (ELIAS; DUNNING, 1992, p.189). Porém, os apontamentos e considerações comumente direcionados ao esporte empregam esse termo indiscriminadamente:

[...] quer num sentido lato, em referência ao confronto de jogos e aos exercícios físicos de todas as sociedades, quer num sentido mais restrito, em relação ao tipo específico de práticas de jogos que, como o próprio termo, teve origem em Inglaterra e daí se propagou para outras sociedades (ELIAS; DUNNING, 1992, p.192).

Com Elias e Dunning (1992), aprendemos que o grau de violência em suas várias formas, o nível de repugnância frente ao uso público ou testemunho de agressividade, os monopólios de força, e o detalhamento, a rigidez e o criticismo racional das regras dos acontecimentos atlético-desportivos são sintomáticos dos traços e peculiaridades específicos do estágio de desenvolvimento da sociedade em questão e/ou do grau de complexidade organizacional do Estado.

Se pensarmos que o futebol, como prática social, passou a ocorrer com relevante freqüência nas cidades brasileiras a partir do início do século XX, podemos, através dos conceitos de individualização e habitus, delimitar um norte para uma compreensão sociológica do processo de implantação e do desenvolvimento do futebol numa população urbana cada vez mais crescente e diferenciada. Elias explica o fenômeno da seguinte forma:

[...] a avançada diferenciação social, caminhando *pari passu* com uma diferenciação igualmente avançada entre as pessoas, ou individualização, traz consigo uma grande diversidade e variabilidade das relações sociais (ELIAS apud LUCENA, 2002, p. 127).

Lucena (2002) afirma que o crescente processo de urbanização pelo qual passavam as cidades desencadeou o surgimento de novos tipos de relações sociais que exigiam condutas e expectativas específicas. Seria uma nova forma de ser que se anunciava, um modo dos *foot-ballers* se apresentarem socialmente.

Os pesquisadores sobre o fenômeno esportivo que se pautarem pela linha teórica do processo civilizador devem tomar cuidado com os sentidos comumente associados aos termos “civilizado” e “não civilizado”, remetendo a conceitos de esporte/jogo “ético” ou bárbaro”. Esses termos são por vezes carregados pelo senso comum e relacionados como juízo de valor e/ou julgamento moral etnocêntrico. Devemos ter em mente que nós mesmos somos instilados a refrear nossos impulsos mediante o estágio de controle e regulação das práticas e pela eficácia dos aparelhos e instituições dos quais Estados contemporâneos se servem¹.

Portanto:

[...] a nossa imediata, a nossa quase automática resposta emocional induz-nos, muitas vezes, a julgar sociedades com diferentes padrões de controle da violência, como se os membros dessas sociedades estivessem livres para escolher entre *seus* padrões e as *suas* normas e, tendo feito essa escolha, tivessem optado pela decisão errada. Em relação a eles, desfrutamos a mesma sensação de “ser melhor”, de superioridade moral experimentada com freqüência em relação a agressores individuais na nossa sociedade, quando chamamos à sua conduta “não civilizada” ou “bárbara”, expressando desta maneira os nossos sentimentos de superioridade moral (ELIAS; DUNNING, 1992, p.199).

Lucena (2001), a partir do conjunto da obra de Elias, analisa, sob o ponto de vista sociológico, o significado da “importação” da prática dos esportes – como o remo, o turfe e o futebol – para a população carioca no início do século XX. Nesse sentido, o esforço do autor resultou num:

[...] estudo que pretende dar ao esporte um lugar possível para o entendimento das relações sociais que se estabeleceram em algumas cidades brasileiras a partir de um dado instante em que as condições físicas, políticas e culturais tomaram um rumo

¹ Entendemos o Estado não só como sistema governamental, mas sim como a pedra angular de todas as instituições. Nesse sentido, o Estado envolve e agrega uma cadeia de instituições que funcionam como aparelhos ideológicos, a partir dos quais impõe hábitos, valores e condições de vida para toda uma sociedade, de maneira a sustentar a hegemonia política e cultural da burguesia. Também atentamos para a capacidade do Estado em colocar, inclusive, as instituições privadas a serviço da manutenção do *status quo*.

específico, com uma concentração populacional cada vez maior, decorrendo de uma crescente inter-relação entre as pessoas e uma conseqüente diferenciação de funções (LUCENA, 2001, p. 7).

A partir dessa intenção, o autor situa o esporte no bojo das transformações sociais que se deram nas formas de se vestir, de morar, de se divertir e de se comportar na vida social da população carioca no início do século XX. Em sua análise, verifica que a formação dos clubes esportivos ocorreu no interior de grupos da elite estrangeira, predominantemente inglesa, de maneira que a consolidação de tais clubes possibilitasse o desfrute do esporte como fator de distinção social e de classe. Desnecessário dizer que, a princípio, a prática do esporte se restringiu à aristocracia estrangeira e à burguesia ascendente, incorporando, dessa forma, as características e funções inerentes ao contexto sociocultural desses grupos. O esporte assume, portanto, o signo da civilização, logo, seus praticantes consolidam sua imagem de pessoas distintas, mais dignas e educadas:

[...] o esporte se caracteriza como uma ação “nova” e própria de uma sociedade em transformação. É considerado, pelas elites, como uma prática “civilizada”, por isso educada e educativa, em contraposição aos jogos tradicionais vistos como parte de uma sociedade colonial e arcaica, fonte de emergência de atitudes rudes e primitivas (LUCENA, 2001, p. 11).

Ora, tão logo a corte real portuguesa instalou-se no Brasil para a escapar das invasões napoleônicas, fazendo do Rio de Janeiro a sede administrativa do Império português, passou a ocorrer uma premente preocupação do Estado em eliminar os resquícios da tradição e da cultura colonial. Tal preocupação assumiu o discurso de higienização e embelezamento da nova capital do Império português, que culminou no crescente controle social do Estado sobre as práticas sociais, realizadas nos espaços públicos da cidade, que não estivessem dentro das expectativas – principalmente daquelas oriundas do estilo de vida dos grupos que estavam à margem da sociedade, compreendidos predominantemente por ex-escravos ou descendentes dos negros africanos, considerados pelas elites o segmento primitivo e não civilizado da sociedade brasileira. Como parte desse processo, essa população, e também famílias da classe trabalhadora, foram privadas de suas moradias com a extinção dos cortiços, locais onde se abrigavam grupos oprimidos. Nesse contexto, o esporte passa a ocupar o espaço/tempo que antes era preenchido pelos jogos populares, de tradição ancestral. Com a relação a essa passagem, Lucena (2001) apresenta uma adaptação ao contexto brasileiro das análises de Elias & Dunning (1992) sobre o surgimento do esporte na Inglaterra:

No caso do Brasil, não há, tomando por base o ocorrido em alguns países europeus, e na Inglaterra em particular, uma passagem sincrônica do jogo popular e ritualístico ao esporte ou jogo desportivizado. Em nossa opinião, há, na verdade, o “implante” de uma prática específica ao lado dos jogos de caráter popular. Referimo-nos ao termo implante, porque o esporte chega até nós, não por um amadurecimento contínuo, que permitiu a passagem de uma ação mais simples para outra de caráter mais complexo, apoiado numa técnica específica, que parece caracterizá-lo; mas por uma ação deliberada e dirigida para determinados setores da elite brasileira (LUCENA, 2001, p. 46).

Outras contribuições do autor, o que devemos destacar é, além da qualidade das análises empreendidas por Elias, o fato de que sua teoria ainda hoje se mostra útil para a compreensão do papel que o futebol assume nos mais diferentes momentos históricos do Brasil e nas mais variadas formas de desfrute de determinados grupos sociais.

Bourdieu (1990), por sua vez, faz apontamentos específicos para uma sociologia do esporte, através dos conceitos de *habitus* e *campo*. Delineia, assim, um arquétipo de linha teórico-metodológica para abordar sociologicamente o esporte. Para o autor, os primeiros obstáculos encontrados pelo sociólogo que adota o esporte como fio condutor de suas análises encontram-se na dupla dominação e exclusão, sofridas pelo seu objeto de estudo, tanto no universo dos sociólogos quanto no dos esportistas:

Assim, de um lado existem pessoas que conhecem muito bem o esporte na forma prática, mas que não sabem falar dele, e, de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas que não se dignam a fazê-lo, ou o fazem a torto e a direito (BOURDIEU, 1990, p.207).

A linha de pensamento estruturalista de Pierre Bourdieu nos mostra que o universo de práticas esportivas não é isolado de toda uma conjuntura social, ou seja, ele está inserido num sistema carregado de especificidades. Logo, para se compreender as transformações históricas de uma determinada prática esportiva devemos partir de um conhecimento da estrutura de um dado momento histórico, que consiste em perceber as especificidades do acúmulo do capital simbólico dentro de um determinado campo social; entender que o acúmulo desse capital simbólico remete a uma inevitável disputa entre os partícipes – entendidos aqui como os reais interessados pelo objeto de disputa próprio à dinâmica de funcionamento de seu campo, caracterizada pelo estabelecimento de regras inerentes a esse jogo conflituoso – da estruturação de um campo pela apropriação de honra, poder e status; e que há regras estratégicas – inerentes ao processo de

aquisição, monopolista ou não, do poder simbólico referente e coerente ao campo referido – tomadas pelos agentes sociais ao se incluir no jogo da honra:

[...] a idéia de que as lutas pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental da vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma particular de capital, a honra no sentido de reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica da acumulação do capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento; a idéia de estratégia como orientação da prática, que não é nem consciente e calculada, nem mecanicamente determinada, mas que é produto do senso de honra enquanto senso desse jogo particular que é o jogo da honra; a idéia de que existe uma lógica da prática, cuja especificidade reside sobretudo em sua estrutura temporal (BOURDIEU, 1990, p.35-36).

Nesse sentido, como podemos caracterizar a lógica de funcionamento e de circulação dos agentes e dos objetos, ou mesmo identificar a existência de um campo em si? Consideramos tais questionamentos de extrema relevância para as análises acerca das modalidades esportivas enquanto campos, de acordo com a perspectiva de Bourdieu. Sobre essas questões, nos fala Marchi Júnior:

Um campo é identificado na constituição e na definição dos seus objetos de disputa e de interesses específicos. Mesmo havendo a perspectiva da universalização de funcionamento dos campos, estes são irredutíveis às peculiaridades de outros campos, e também imperceptíveis aos olhos das pessoas que não foram formadas no interior desse determinado campo. Para garantir o funcionamento de um campo é necessário que existam, além dos objetos de interesse e de disputa, pessoas dotadas de *habitus* que identifiquem e legitimem as leis imanentes deste “jogo” de relações (MARCHI JÚNIOR, 2002, p. 93).

Bourdieu aponta, ainda, uma potencialidade do esporte no que se refere à dominação corporal através do regramento. O uso do esporte dentro de campos, organizações e/ou grupos sociais (partidos, Exército, conventos monásticos, Estados totalitários, prisões, etc.) demonstra “... ser uma maneira de obter do corpo uma adesão que o espírito poderia recusar, que se conseguiria compreender melhor o uso que a maior parte dos regimes autoritários faz do esporte” (BOURDIEU, 1990, p.220).

Sobre a construção do campo esportivo, Marchi Júnior (2002) afirma que, dentro de suas especificidades, ele pode ser vislumbrado como um contexto no qual ocorrem relações de disputa entre “... o ‘novo’ – que tenta

garantir o direito de participação – e o dominante – que defende o monopólio objetivando excluir a concorrência” (MARCHI JÚNIOR, 2002, p. 92).

Concluímos, afirmando, que as possibilidades teórico-metodológicas de análise do futebol no âmbito das Ciências Sociais são tão numerosas e tão diversas, que acabamos focalizando a exposição essencialmente nas contribuições dos autores que fomentaram os nossos debates acerca do futebol. Nesse sentido, há que se perceber a pertinência das idéias aqui expostas no que se refere ao desenvolvimento deste trabalho de iniciação científica.

A construção histórica do campo futebolístico: o ponto de vista sociológico

A discussão sobre as diferentes abordagens da história social do esporte vem ganhando corpo na medida em que os modelos analíticos passam a ser compreendidos e aplicados de forma mais rigorosa e competente, como temos observado nos últimos trabalhos publicados. Concordamos grandemente com Bracht (2002), quando ele afirma que os estudos históricos sobre o esporte dividem-se em duas macrovertentes: uma aglutina o que o autor chama de teses de continuidade e a outra, as teses de descontinuidade. As teses de continuidade defendem que as práticas esportivas sempre existiram nas sociedades humanas dos mais diferentes momentos históricos, assumindo, por vezes, as formas de jogos ancestrais, de atividades lúdicas e de competições rudimentares. Logo, a história do esporte assume um sentido de continuidade e de relativa autonomia, pois sua essência estaria necessariamente vinculada à existência humana. Devemos destacar os limites e os exageros presentes em alguns dos estudos baseados em teses de continuidade, pois compreendem o esporte desvinculado da história da humanidade:

Na medida em que qualquer atividade física na qual o jogo esteja presente pode ser definida como esporte, este “anacronismo essencial” confunde as práticas físicas lúdicas das sociedades não-capitalistas, com um fenômeno dotado de uma lógica própria, e, aí sim, com uma história também específica. Buscar as origens do futebol em um amontoado de práticas, ainda que formalmente impliquem em chutar algo parecido com uma bola, é sem dúvida arbitrário. Não pensem que estou falando de algo enigmático; afinal de contas, não são poucos os professores de faculdades de educação física, especialmente da disciplina futebol, que afirmam – e o que é pior, apoiados em bibliografia realmente existente – que a origem desta modalidade está ligada a um jogo no qual os contendores chutavam os crânios dos adversários. Observem que a nossa questão central, a esportivização das práticas corporais, é,

arbitrariamente, reduzida a uma verdade genérica universal. Pouco importa que muitas coisas tenham sido chutadas em tempos e espaços diferentes. A questão não respondida, ou sequer pensada, é justamente saber por que aqueles chutes, dados na Inglaterra a partir de meados do século XIX, estes sim, tornaram-se universais, “ditaram as regras” para ser mais preciso (GEBARA, 2002, p. 17).

De acordo com o autor, portanto, o esporte, te como o conhecemos hoje, diferencia-se muito das práticas lúdicas, dos jogos tradicionais e das competições rudimentares existentes em sociedades ancestrais, que delinearam a Idade Antiga. Segundo Bracht (1995), tais práticas lúdicas/competitivas estavam fortemente marcadas e vinculadas às práticas religiosas, pois, nessas sociedades, a religião totalizava o sentido de ampla maioria das práticas sociais em espaços públicos e privados. Enfim, o sentido de tais práticas é incongruente ao sentido assumido pelo esporte, originado na Inglaterra industrial, que assumiu características específicas dessa época. Queremos, então, ressaltar que trataremos a história do futebol a partir das teses de descontinuidade, que caracterizam essa modalidade esportiva, em meio a tantas outras, como um fenômeno datado. Dessa forma, poderemos compreender quais foram as condições históricas que determinaram seu surgimento no interior de uma classe social e como se deu o seu processo de popularização/proletarização, a princípio em seu país de origem e, posteriormente, em grande parte das sociedades capitalistas do globo.

Como já colocamos, o futebol é uma das modalidades esportivas que se originaram na Inglaterra, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, período de grandes transformações sócioeconômicas resultantes da Revolução Industrial. No contexto das ações esportivas, o futebol também se afigura como uma prática portadora do signo da modernidade e da civilidade, estando seu desfrute relacionado às classes ociosas. Não podemos desvincular, também, transformações nas formas dos jogos e dos passatempos aristocráticos do quadro geral de mudanças nas formas de vestir, morar, comer, comportar-se em espaços públicos, que apontavam para um rumo muito específico: de valorização simbólica das práticas e dos hábitos altamente refinados e distintos do indivíduo aristocrático, que seriam resultantes de uma crescente regulação imposta pelos seus pares aristocráticos – de acordo com os códigos de etiqueta valorizados pela referida classe, sob a perspectiva de diferenciar, em termos de hábitos e costumes, o *gentleman* do proletário – e que culminaria numa auto-regulação por parte do indivíduo e numa restrição de sua vida social à participação somente no interior dos círculos da corte.

Devemos ter claro que o período que sucedeu à Revolução Industrial representou uma ascensão política da população operária, organizada nas

*Trade Unions*², e a importância da burguesia, como classe emergente, que passa a ocupar posições de poder no campo político e a desenvolver um crescente acúmulo de capital e dos meios de produção. Logo, o conceito de “boa sociedade”, ainda que de maneira lenta, passou a ser compartilhado por grupos sociais que mantinham sua existência fora dos círculos cortesãos. Essa pressão vinda “de baixo” – dos estratos oriundos das castas mais baixas da sociedade – exercida sobre a aristocracia, acabou por produzir práticas e costumes que funcionaram como estratégias de manutenção do prestígio, da honra e da reputação. Nos círculos cortesãos, a aristocracia passou a desenvolver práticas sociais distintivas e restritas aos seus pares – no sentido de uma crescente valorização dos bons costumes e da lhanza, característicos dessa classe – sob a perspectiva de apregoar um menor valor humano às práticas circunscritas no cotidiano dos outros grupos em ascensão. O surgimento e a valorização dessas práticas aristocráticas, altamente racionalizadas e distintivas, “... fez que o cortesão parecesse a seu opositor burguês do século XVIII, acima de tudo na Alemanha, mas também na Inglaterra, como o supra-sumo do homem de razão” (ELIAS, 1993, p. 18). O futebol, então, passou a fazer parte da pauta de condutas inerentes aos círculos aristocráticos e cumpriu a função de distingui-los de outros grupos de convivência em ascensão:

Num ambiente relativamente estável, o código de conduta mais sofisticado e o maior grau de autocontrole costumam associar-se a um grau mais elevado de disciplina, circunspeção, previdência e coesão grupal. Isso oferece recompensas sob a forma de status e poder, para contrabalançar a frustração das limitações impostas e da relativa perda de espontaneidade. Os tabus compartilhados e o comedimento característico reforçam os laços que unem a rede de “melhores famílias”. A adesão ao código comum funciona, para seus membros, como uma insígnia social. Reforça o sentimento de inserção grupal conjunta em relação aos “inferiores”, que tendem a exibir menor controle nas situações em que os “superiores” o exigem. As pessoas “inferiores” tendem a romper tabus que as “superiores” são treinadas a respeitar desde a infância. O desrespeito a esses tabus, portanto, é um sinal de inferioridade social. Com freqüência, fere profundamente o sentimento de bom

² De acordo com Welmowicki (2004), as *Trade Unions* foram os primeiros sindicatos, surgidos na Inglaterra, no período pós Revolução Industrial, ou seja, nos primórdios do sistema capitalista de produção. Surgiram, após as primeiras formas de organização do operariado, organizações embrionárias do que, futuramente, seriam os sindicatos. Essas associações não se caracterizavam como sindicatos, mas sim como associações de ajuda mútua, eram grupos de resistência, movimentos espontâneos e cooperativas. Diferentemente do que caracteriza o sindicato, instrumento de classe, que tem como tarefas principais conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora, agindo de forma conjunta e não lutando por benefícios momentâneos.

gosto, decência e moral das pessoas “superiores” – em suma, seu sentimento dos valores afetivamente arraigados. Desperta nos grupos “superiores”, conforme as circunstâncias, raiva, hostilidade, repulsa ou desdém; enquanto a adesão a um código comum facilita a comunicação, infringi-lo cria barreiras (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 171).

A citação acima confirma o que já vínhamos demonstrando, ou seja, o surgimento do futebol como passatempo aristocrático altamente regulado pelo cavalheirismo e pelos bons modos, como signo de civilização e de distinção social, isto é, como veículo de manutenção do status e do prestígio da classe que se apropriava dele, assim como uma inferiorização dos demais grupos que não aderiam aos mesmos preceitos, valores e comportamentos. Verificamos, então, uma alteração do *habitus* aristocrático, o que indica a aquisição de novos comportamentos para o convívio no interior de uma dada configuração, visando compor um quadro de estratégias de apropriação da forma de capital simbólico corrente, que, por sua vez, será determinante das posições sociais dos atores. Dessa forma:

[...] se algo deixa de ser um *habitus* numa sociedade, é evidência de que, tanto mecanismos de controle social quanto de autocontrole – as restrições de fortes emoções espontâneas em público e a aversão pessoal a estas práticas –, estão atuando no estabelecimento de novos comportamentos e relações, assim configurando novos grupos sociais e alterando as relações de poder nas configurações (HONORATO, 2005, p. 34-35).

No entanto, poderíamos nos perguntar: por que a manutenção do *status* e do prestígio era tão importante para a aristocracia? Por que lhe causava tanto temor a partilha do conceito de “boa sociedade” com os outros grupos emergentes? Tais questões foram explicadas por Elias (2001), através de um estudo sociológico sobre a corte francesa durante o período do *Ancien Régime*, que abordou, dentre outras questões, uma compreensão sobre o comportamento aristocrático e as particularidades do ethos cortesão da boa sociedade. Em meio a esses questionamentos, Elias (2001) empreende uma compreensão sobre a função simbólica da etiqueta como fator de alteração/manutenção dos indivíduos nas posições de poder e na partilha desigual do prestígio no interior do círculo cortesão. O autor define os cortesãos como sendo aqueles “... indivíduos cuja existência social (e, com bastante freqüência, sua renda) depende de seu prestígio, de sua posição na corte e no seio da sociedade de corte” (ELIAS, 2001, p. 98). Num momento de transformação da sociedade européia, a aristocracia absolutista de diversos países passou a se agrupar numa formação social específica, onde, inspirada nos costumes e linguagens refinados da corte parisiense do

rei Luís XIV, passou a definir “... sua relação exata com todos acima e abaixo através da maneira de cumprimentar e de escolher as palavras – pessoas de ‘distinção’, que dominavam a ‘civilidade’” (ELIAS, 1993, p. 17).

A adesão aos códigos mais rígidos de etiqueta era, para o cortesão, uma garantia da manutenção dos seus privilégios e da sua auto-estima, do respeito do restante da corte em relação a ele, além do devido distanciamento dos grupos “inferiores”. Como a corte se restringia a um círculo bastante fechado, composto por famílias “antigas” que se conheciam e se relacionavam há várias gerações, a rede de dependências construída entre os indivíduos se tornava tão complexa e intrincada, que os vínculos e as práticas mantidos por um cortesão eram veementemente observados e poderiam ser utilizados no seu “juízo de honra”, de maneira a promover sua ascensão ou sua decadência na hierarquia da corte. Afinal, o prestígio e a posição social de um aristocrata no interior da corte eram determinados pela opinião que o restante dos cortesãos tinham sobre sua conduta:

“Perder a honra” significava perder a condição de membro da “boa sociedade”. Ela era perdida em função do veredito da opinião dos círculos bastante fechados de que o indivíduo fazia parte ou, em certas ocasiões, da sentença de representantes desse círculo escolhidos especialmente para formar um “tribunal de honra”. Esses homens julgavam segundo um ethos específico da nobreza, cujo centro essencial estava na manutenção de tudo aquilo que servia, tradicionalmente, para o distanciamento com relação às camadas que ocupavam níveis inferiores, confirmando com isso a existência nobre como um valor autêntico (ELIAS, 2001, p. 112).

Cabe ressaltar que a competição entre os cortesãos em busca de privilégios tornava a corte uma configuração na qual a hierarquia das posições de poder se mantinha em estado de equilíbrio. Qualquer modificação nesse equilíbrio poderia ser facilmente notada na etiqueta, na medida em que qualquer mudança no grau de adesão aos códigos de conduta alterava substancialmente o ordenamento social no interior da corte. A partir disso, podemos entender porque os cortesãos observavam rigorosamente as mínimas nuances desse equilíbrio na corte – quando não, construíam formas de alterá-lo em seu próprio favor. É que as condições de sua existência de cortesão eram sensíveis a qualquer mudança na ordem vigente. Aqueles que ocupavam níveis superiores procuravam sempre distanciar-se dos outros e os que ocupavam os níveis inferiores tramavam e/ou exerciam grande pressão sobre os níveis imediatamente superiores, visando à sua ascensão. Dessa forma:

Uma atitude alimentava a outra; assim, graças ao fenômeno da pressão e contrapressão, a engrenagem social se equilibrava, estabilizando-se em uma espécie de equilíbrio instável. Era na etiqueta que esse estado de equilíbrio se manifestava aos olhos de todos. Para quem estava envolvido, ela significava uma garantia – precária, é verdade – de sua existência social e de seu prestígio. Pois, em meio às tensões que permeavam e mantinham essa engrenagem social, todo e qualquer vínculo existente ficava incessantemente exposto aos ataques de quem ocupava um nível mais baixo, ou dos rivais e concorrentes do mesmo nível (ELIAS, 2001, p. 105).

A partir dessa compreensão sobre a dinâmica do *modus vivendi* no interior da corte aristocrática, podemos colher um melhor entendimento das condições sociais que propiciaram o surgimento do futebol no interior de determinada classe, e até o motivo da apropriação da prática do futebol pela burguesia, “... para quem o esporte era um exercício do ócio, e não fonte de necessidade material...” (BETTI, 1997, p. 18). Como prática recorrente nos espaços burgueses de convivência, o futebol ainda era restrito àqueles que compartilhavam do comportamento cortês. A partir da segunda metade do século XIX, o futebol passa a ser utilizado como uma forma de educar os jovens estudantes das *Public-Schools*. Nessas escolas elitizadas, a prática esportiva aparece como uma ação pedagógica direcionada à formação da juventude burguesa, sob a perspectiva de que, num ambiente de ação dos segmentos superiores, os jovens poderiam assumir comportamentos cavalheirescos, altamente regulados e distintivos. Para Betti (1997), tal projeto educacional “... era condizente com a necessidade de produzir os líderes militares, políticos, etc, para a administração do vasto império colonial britânico” (BETTI, 1997, p. 19). Oliveira (2000) nos mostra, ainda, que esses objetivos não faziam parte dos currículos de tais escolas até o século XIX, pois seu contexto revelava um cenário extremamente rebelde e indisciplinado, onde o ensino consistia em atribuir aos garotos ingleses uma imagem máscula, audaz e viril, por demais valorizada até então. No entanto, a partir do início do século XIX, o currículo das *Public Schools* foi alterado, introduzindo como objetivo desenvolver valores e comportamentos, agora no sentido de uma maior regulamentação e de refinamento, sob a perspectiva de formar mensageiros morais:

Os “cavalheiros esportistas” (*gentlemen sportsmen*), eram admirados pelo seu porte atlético, por sua bravura e por sua imagem anárquica, símbolos de masculinidade, pois o charmoso era ser contra a lei. No decurso do século XIX, com o desenvolvimento das escolas públicas e de seus respectivos objetivos, de formar homens esportivos, viris e másculos (porém agora com a masculinidade ligada à moral), os currículos foram

transformados para que se valorizassem os jogos, e sobretudo os jogos de campo, pois acreditava-se que esses jogos garantiriam atrevimento, audácia e coragem aos novos alunos, qualidades necessárias para se formar uma humanidade forte, com poder e vigor. Esses homens que se pretendia “construir” serviriam, como destaca o autor, para reter a influência moral da classe dominante sobre a dominada e, com isso, preservar o espírito nacional (OLIVEIRA, 2000, p. 3).

A burguesia, mais especificamente na Inglaterra, procurou apropriar-se do caráter amadorístico da prática esportiva para preservar seu status, quando percebeu que os trabalhadores poderiam ter acesso ao esporte em decorrência do aumento de tempo livre que conquistaram no momento histórico da Revolução Industrial. Pretendendo afastar o operariado da prática esportiva, a classe burguesa confirmava a caracterização do esporte como exercício do ócio, privilégio desse estrato social. Segundo Betti (1997):

Houve relação entre o aumento do tempo de lazer, em parte induzido pela Revolução Industrial, e a difusão do esporte entre a população operária e urbana. O esporte tornou-se acessível às classes trabalhadoras inglesas em decorrência de conquistas como a redução da jornada de trabalho, por volta de 1870. Foi então que se deu a grande proliferação de clubes desportivos e organizações distritais. Mas este processo não ocorreu sem resistência da burguesia. O órgão dirigente do remo, por exemplo, determinou, em meados do século XIX, que ninguém poderia ser considerado remador amador se fosse, ou tivesse, por ocupação ou emprego pago, mecânico, artesão ou operário. As regras do amadorismo eram uma arma de classe, com as quais as camadas superiores excluía os trabalhadores de vários tipos de esporte; a burguesia, para quem o esporte era um exercício do ócio, e não fonte de necessidade material, temia que os trabalhadores desvirtuassem o caráter aristocrático de sua prática (BETTI, 1997, p. 18).

A história das lutas da classe trabalhadora se confunde com a luta pela redução da jornada de trabalho. Desde que o capitalismo se constituiu como modo de exploração do trabalho, o movimento operário começou a se organizar com a perspectiva de impedir o estirão da jornada de trabalho. Segundo Stanley Parker, “... em meados do século XIX a semana média de trabalho para os operários nas indústrias era de setenta horas ou mais” (PARKER, 1978, p. 28). A princípio, e ainda que sob uma forma embrionária, os trabalhadores tentaram diversas formas de lutas, com a preocupação de atingir um melhor nível de organização, através de movimentos espontâneos, grupos de resistência, associações de ajuda mútua, cooperativas e entidades sindicais. A luta pela redução da jornada de

trabalho é a expressão mais visível de um objetivo maior, que envolve a independência da classe trabalhadora frente ao patronato, o fim da exploração ou de qualquer tipo de opressão (SOARES, 2002). No entanto, devemos salientar que a redução da jornada de trabalho culmina, necessariamente, na ampliação do tempo livre, que, por sua vez, é uma das condições necessárias para a manutenção da cultura do lazer no cotidiano dos trabalhadores. Marcellino considera o lazer como “... cultura vivenciada no ‘tempo disponível’ das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude” (MARCELLINO, 1999, p. 37). No entanto, cabe aqui ressaltar que, em sociedades antigas ou pré-capitalistas, o lazer não existia destacado de todo o cotidiano das classes populares, na medida em que se tornava difícil uma ruptura ou uma distinção entre as práticas lúdicas – nas quais o riso, a fruição, a espontaneidade, o desinteresse, etc, seriam elementos constitutivos predominantes – e as práticas de trabalho obrigatórias – nas quais os atores sociais submetem-se aos deveres relacionados com o trabalho e com a família, enfim, ao cumprimento de obrigações pertinentes aos seus papéis sociais. Essa divisão da temporalidade cotidiana nas sociedades capitalistas surgiu, também, da separação entre o local de moradia ou de convívio familiar e o local de trabalho, como demonstra Parker (1978):

O declínio do lazer desde a Idade Média até o ápice da Revolução Industrial não deve, no entanto, ser medido apenas pelo aumento da jornada de trabalho. Na sociedade pré-industrial o trabalho constituía parte essencial da vida cotidiana e o lazer não era um período separado do dia. O trabalho era feito nos campos próximos à casa ou dentro da própria casa, entremeado de conversas amistosas e dos afazeres da vida da aldeia. Apenas quando o trabalho veio a ser realizado em lugares especiais, durante um período específico e sob determinadas condições, o lazer passou a ser exigido como um direito. De maneira mais precisa, exigiu-se “tempo de folga”, pois não havia dúvidas de que o relacionamento íntimo da época pré-industrial entre o lazer e a vida não poderia reviver nas cidades industriais do século XIX (PARKER, 1978, p. 29).

Ainda assim, o aumento do tempo livre propiciou não só uma grande aproximação dos trabalhadores com as práticas esportivas, como também o associativismo esportivo no seio dessa classe. A partir do momento em que a classe trabalhadora se apropria do esporte e passa a construir associações civis em torno dessa prática, o futebol torna-se uma prática extremamente popular e, também, uma forma de trabalho: surgem os primeiros clubes profissionais e, por conseguinte, a profissão “jogador de futebol”. Assim, especialmente na Inglaterra, o futebol passa a fazer parte do

dia-a-dia da classe trabalhadora, que começa a atribuir-lhe determinados sentidos pertinentes às condições substantivas de sua vida social.

No final do século XIX, a prática do futebol transcende os limites geográficos da Inglaterra, se expandindo avassaladoramente pelos diversos povos e nações do globo. Os marinheiros, embaixadores, comerciantes, artesãos, jogadores, administradores coloniais e missionários passaram a levar consigo não só o futebol, mas também outras práticas esportivas inglesas. Não podemos esquecer que a Inglaterra pós-Revolução Industrial se revela ao mundo como nação forte e modelo de desenvolvimento econômico, social e cultural. Nesse momento, o futebol se insere no contexto de práticas, estilos e consumos que começam a ser assimilados e incorporados pelos vários territórios por onde se expandiu o que chamamos de Ocidente. Essa ocidentalização do mundo e do capital "... dissolve, recobre ou recria formas de vida e trabalho, de ser e pensar, em âmbito local, regional, nacional e internacional" (IANNI, 1997, p.47-48). O que percebemos é que as relações impostas pelo Ocidente culminam numa crescente assimilação pelas diversas classes e grupos sociais, de padrões de conduta, nos quais o controle das emoções, e das atitudes encontra-se mais rigoroso e estável. Mesmo nas camadas sociais consideradas "incultas" ou "incivilizadas", os indivíduos passam, cada vez mais, a exercer sobre si mesmos um espírito de previsão e uma regulação emocional de acordo com as práticas que preenchem o seu cotidiano e com os papéis sociais que venham a cumprir na fase adulta. Nesse sentido, Elias já afirma que os "... contrastes em conduta entre grupos superior e inferior são reduzidos com a disseminação da civilização, e aumentam as variedades, ou nuances, da conduta civilizada" (ELIAS, 1993, p. 213). É nesse movimento de redução dos contrastes de conduta entre grupos ou classes que a mundialização de práticas civilizadas, como é o caso do futebol, torna-se eficaz.

Outra questão importante para melhor esclarecermos a disseminação do futebol pelo mundo é o seu papel como objeto de consumo, no nível das condutas e das práticas, destinado ao encontro com uma certa demanda social (transformações civilizadoras do comportamento), direcionado a um determinado público. Inclusive, torna-se complexo identificar, no que concerne à vida urbana pós-Revolução Industrial, algum produto ou mercadoria que sejam produzidos simplesmente por serem produzidos, isto é, não necessariamente para serem consumidos. Percebemos, através de Parker (1978), que a expansão econômica capitalista necessita de consumidores em potencial para seus produtos e serviços, e que o campo das práticas lúdicas e esportivas se consolida como um novo setor lucrativo para o mercado e para a indústria, dado o crescente número de seus adeptos espalhados pelo mundo. Nesse sentido, Ianni (1997) aponta que a cultura internacional-popular resulta do direcionamento de produtos, modas e estilos, que já nascem globais, às classes ou grupos

dominantes e subordinados que sustentam os diferentes mercados nacionais. O aprofundamento e a eficácia dessa cultura passam a homogeneizar esses contingentes, de maneira que sua produção atinja um mesmo grupo presente em diferentes mercados nacionais:

[...] nenhuma mercadoria é inocente. Ela é também signo, símbolo, significado. Carrega valor de uso, valor de troca e recado. Povo a imaginário da audiência, auditório, público, multidão. Diverte, distrai, irrita, ilustra, ilude, fascina. Carrega padrões e ideais, modos de ser, sentir e imaginar. Trabalha mentes e corações, formando opiniões, idéias e ilusões. Nesse sentido é que a cultura da hegemonia dos grupos ou classes sociais que se articulam em escala global, entra na construção e reconstrução da subalternidade de indivíduos, grupos, classes, etnias e até mesmo sociedades nacionais inteiras. Ocorre que o mesmo processo de globalização da cultura, caminhando junto com o da sociedade, economia e política, ainda que em forma desigual, globaliza também grupos e classes sociais, movimentos sociais e partidos políticos, ideologias e utopias (IANNI, 1997, p. 49-50).

O futebol, então, transcende os limites geográficos da Inglaterra e é disseminado para países distantes, por vezes, de maneira impactante, como é o caso do Brasil e da Argentina. A exemplo do que ocorre na Inglaterra e em outros países europeus, o futebol surge como ambiente de ação de um grupo muito restrito, muito elitizado. O surgimento do futebol no Brasil, assim como do remo e do turfe, não se deu a partir de uma metamorfose dos jogos tradicionais e das ações lúdicas mais simples, como ocorreu na Inglaterra. No caso brasileiro, o futebol foi implantado ao lado dos jogos mais rudimentares e de origem colonial, não havendo, portanto, uma passagem sincrônica entre os distintos estágios das diferentes formações societárias e suas práticas ou relações. Em seu estudo sobre o significado do surgimento de práticas esportivas para a população carioca no início do século XX, Lucena (2001) faz considerações sobre esse implante das práticas esportivas no Brasil:

Jogo e esporte são (...) entendidos como ações que caracterizam diferentes – porém não distintas – esferas de sociabilidade e inter-relações. Dado que o jogo não acabou para dar lugar ao esporte, este é entendido como uma prática que vem atender às expectativas de uma elite que passa a ter na esportivização de suas ações lúdicas um passatempo predileto. Dessa forma, entendemos que a emergência de práticas de passatempos com formas esportivizadas que conhecemos hoje é característica de formações sociais, de configurações que, no Brasil, vão estruturando-se a partir de meados do século XIX, carregadas por

fatores como a diminuição e suspensão do tráfico de escravos, a chegada dos imigrantes europeus, a diversificação de funções e, ainda, o crescente sentimento de formação nacional ou "habitus", que ganha espaço entre as classes letradas (LUCENA, 2001, p. 49).

Segundo o autor, devemos entender que, a partir de meados do século XIX, as elites dirigentes brasileiras passam a implementar ações visando uma organização social, política e racial da nação. Os modelos de política republicana, de reformas sanitárias e urbanísticas sob uma perspectiva higienista, de educação domesticadora, enfim, de políticas públicas, foram inspirados nos moldes que se encontravam em vigor na Inglaterra e na França. A valorização do futebol aparece como resultante da importação intencional de mercadorias, de vestuário e de formas de passatempo cultuados nos países europeus apresentados como exemplo de desenvolvimento, como é o caso da Inglaterra:

Assim, aumenta o intercâmbio com a Inglaterra e a importação de produtos manufaturados; modifica-se o modo de vestir, com maior ênfase nos tecidos de tons sóbrios, principalmente para os homens; distingue-se o comportamento com a assimilação crescente de práticas como a do esporte, agora centrado em regras e espelhado num tipo de comportamento "civilizado", diferente dos jogos populares tão livres, relacionados com o mundo infantil ou com as festas populares, e lembrando um passado colonial ainda não muito distante, com a ausência de um ordenamento mais eficaz (LUCENA, 2001, p. 50-51).

Ainda assim, podemos questionar a razão do sucesso do futebol junto às massas populares no Brasil. A partir dos apontamentos de Simões (2005), devemos ter claro que determinadas transformações políticas, econômicas e sociais – como a abolição da escravidão, que culminou na vinda da população negra para a cidade, a utilização dos imigrantes europeus como eixo de sustentação do processo produtivo e o fenômeno da industrialização – concorreram para a intensificação e para a diversificação das relações, papéis e práticas sociais no interior das cidades brasileiras. Logo, o indivíduo urbano passa a ser tributário de uma multidão plural, isto é, torna-se sujeito às regulações impostas pela diversificação de funções e formas de convívio resultantes da inter-relação das pessoas em sociedade. Esse tributo pago pelo indivíduo, devido à vida intensa nas cidades, em termos de formas específicas de autocontrole, estabeleceria um tom de desprazer e aridez no cotidiano. No entanto, a aridez e a monotonia dia-a-dia, proporcionadas pelo crescente autocontrole instilado nas consciências individuais desde a infância, acabam encontrando um contraponto, de

práticas miméticas, de modo a proporcionar um equilíbrio entre tensão-restrição no *modus vivendi* próprio das sociedades capitalistas contemporâneas. Conforme Lucena (2001):

O esporte, como configuração, como equilíbrio de tensão e ou como expressão de um autocontrole, cada vez mais representa uma resposta não-planejada e, em vários níveis, nas sociedades de hoje, há um novo equilíbrio entre prazer e restrição e, talvez, uma nova forma de poder desfrutar de emoções, de prazer pessoal coerente com a “expectativa” nas sociedades-Estado dos dias atuais (LUCENA, 2001, p. 58).

Podemos, a partir da citação acima, concluir que um dos fatores motrizes da massificação do futebol no Brasil foi a sua apropriação pela classe trabalhadora, como contexto de práticas específicas onde os indivíduos – sejam eles jogadores ou espectadores – poderiam desfrutar diferentes formas de emoções e vivenciar o lazer de acordo com a pauta de condutas comumente aceita na vida em sociedade.

Bibliografia

BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

_____. **Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRACHT, V. As ciências do esporte no Brasil: uma avaliação crítica. In: FERREIRA NETO, A.; GOELLNER, S. V.; BRACHT, V. (orgs.) **As ciências do esporte no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1995. p. 29-49.

_____. Esporte, história e cultura. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p.191-205.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis - para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DAOLIO, J. **Cultura: educação física e futebol**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2003.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 9.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

_____. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

_____. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GEBARA, A. História do esporte: novas abordagens. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte:** história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 5-29.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HELAL, R. J. **O que é sociologia do esporte?** São Paulo: Brasiliense, 1990.

HONORATO, T. **A tribo skatista e a instituição escolar:** o poder escolar em uma perspectiva sociológica. 2005. X f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

IANNI, O. **A sociedade global.** 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LUCENA, R. F. **O esporte na cidade:** aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. Elías: individualização e mimesis no esporte. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte:** história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002. p.113-137.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (orgs.) **Na metrópole:** textos de antropologia urbana. São Paulo: USP; Fapesp, 2000.

_____. Antropologia e Educação Física. In: CARVALHO, Y. M.; RÚBIO, K. (orgs.) **Educação Física e ciências humanas.** São Paulo: Hucitec, 2001. p. 17-26.

MARCELLINO, N. C. **Para tirar os pés do chão:** corrida e associativismo. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARCHI JÚNIOR, W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-111.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, 2003, p. 121-143.

OLIVEIRA, A. B. C. **Representações da torcida “Raça Rubro-Negra” sobre o ídolo do futebol**. 2000. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

PARKER, S. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SIMÕES, J. L. **Anotações sobre a abolição, a imigração e o mercado de trabalho na República Velha**. In: 9º SIMPÓSIO PROCESSO CIVILIZADOR: tecnologia e civilização. **Anais...** Ponta Grossa/PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, novembro/2005.

SOARES, J. L. **O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias**. 2002. ? f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VAZ, A. F. DaMatta: o futebol como drama e mitologia; In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 139-164.

WELMOWICKI, J. L. **Cidadania ou classe?: o movimento operário na década de 80**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.